

53 pelo Item 1 – Abertura e Informes da Presidência. Deu bom dia a todos, agradeceu a presença
54 e pediu aos participantes se apresentarem. Em seguida, passou a palavra ao **Sr. Daniel**
55 **Martinelli Duarte** (SRHU/MMA), relator da CTAS, para apresentar os informes. Informou
56 que ocorrerá a III Conferência Nacional do Meio Ambiente, entre os dias 07 e 11 de maio, em
57 Brasília – DF e mais informações sobre o evento estão no sítio eletrônico do MMA. Disse que
58 o CNRH está completando 10 anos de instalação, no dia 05 de novembro de 2008.
59 Posteriormente, passou ao Item 2 – Aprovação da Ata da 59ª Reunião da CTAS. O **Sr. Daniel**
60 **Martinelli Duarte** (SRHU/MMA) disse que não foi possível finalizar a ata devido ao excesso
61 de demandas da Gerência, Secretaria e do Ministério. Alertou que a ata será finalizada para
62 aprovação na reunião subsequente. O **Sr. Everton Luiz da Costa Souza** (OTEP) aproveitou
63 para lembrar as razões de a pauta estar concentrada na proposta de resolução que “Estabelece
64 mecanismos e critérios gerais para proteção e conservação das águas subterrâneas no território
65 brasileiro”, pois entendeu que, na reunião anterior, a proposta estaria solidificada e abriu-se um
66 prazo de contribuições. Disse que o relator recebeu modificações e inclusões dos representantes
67 do CERH-SP que melhoraram a proposta. Falou que tais sugestões serão analisadas na presente
68 reunião e incluídas na nota técnica, inclusive a que faz referência à resolução CONAMA nº.
69 396 que “dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas
70 subterrâneas” (anexo 1). Sugeriu, também, que se inicie as análises pela proposta suja,
71 encaminhada pela Sra. Dorothy. A **Sra. Dorothy Casarini** (CERH-SP/RJ) disse que o
72 CONAMA utiliza esse histórico de resoluções – versão suja e limpa, pois já existiram
73 questionamentos de ONG’s e Ministério Público que foram respondidos acessando tais
74 arquivos. Sugeriu que as CTs do CNRH fizessem o mesmo. O **Sr. Gerônimo Rocha** (CERH-
75 SP/RJ) sugeriu que as análises da proposta fossem iniciadas a partir do texto consentido na
76 reunião anterior e não pelo texto com as sugestões – versão suja, o que foi aceito por todos. A
77 **Sra. Dorothy Casarini** (CERH-SP/RJ) relatou que no CONAMA todos os documentos a
78 serem discutidos são previamente enviados para os representantes e perguntou ao relator da
79 câmara se isso acontece nas CTs do CNRH. O **Sr. Daniel Martinelli Duarte** (SRHU/MMA)
80 disse que todos os documentos são enviados para os representantes com pelo menos 7 dias de
81 antecedência. Em seguida, o **Sr. Everton Luiz da Costa Souza** (OTEP) passou ao Item 3 –
82 Análise da proposta de Resolução “Diretrizes Para Proteção e Conservação de Águas
83 Subterrâneas”, sua nota técnica e apresentação na CNIL. Instruiu que a proposta será
84 analisada tópico a tópico. Ao final dos debates, os integrantes alteraram os seguintes tópicos da
85 proposta: 1 – incluíram as ementas das Resoluções CNRH citadas no sexto Considerando; 2 –
86 incluíram o considerando oitavo, que faz referência à Resolução CONAMA nº. 396 de 07 de
87 abril de 2008; 3 – incluíram no caput do artigo terceiro a necessidade de aprovação do Comitê,
88 respectivo, e do Conselho Estadual para a instituição de Áreas de Restrição e Controle; 4 –
89 substituíram o termo “com risco de degradação e contaminação” por “vulneráveis à
90 contaminação da água subterrânea”, no inciso III do art.3º; 5 – substituíram o termo “com risco
91 de” por “sujeitas ou com comprovada”, no inciso IV do art.3º; 6 – incluíram o termo “o uso do
92 solo”, no parágrafo único do art.3º; 7 – incluíram a palavra “Público” e “com base em estudos
93 hidrogeológicos, onde serão consideradas” no caput do art.6º; 8 – retirou-se o parágrafo único
94 do art.6º; 9 – o inciso II do art. 6º foi transformado em inciso I com a exclusão do termo
95 “hidráulicas”; 10 – incluíram o inciso “II - a proteção sanitária da fonte de abastecimento” no
96 art.6º; 11 – excluíram o termo “técnicas” do caput do art.7º; 12 – substituíram o termo “a perda
97 de” por “cause alterações prejudiciais à”, retiraram a expressão “de forma a impedir a
98 interferência na qualidade do aquífero” e substituíram a expressão “metodologia a ser
99 aprovada” por “procedimento aprovado”, no caput do art.8º; 13 – substituíram a passagem
100 “baseada em estudos hidrogeológicos” por “com base em estudos hidrogeológicos e no uso
101 preponderante da água subterrânea”, no parágrafo único do art.9º; 14 – no caput do art.10,
102 retiraram o termo “risco”; 15 – substituíram o termo “empreendedor” por “usuário”, no §2 do
103 art.10; 16 – incluíram o inciso “I – proteção”, substituíram o inciso “II - empreendimentos que
104 apresentem risco de poluição e contaminação” pelo inciso “III - influencia de empreendimentos

105 que apresentem potencial de poluição e risco de contaminação”, substituíram o termo
106 “instabilidade geotécnica” por “geotécnico” e retiraram o termo “risco de” dos incisos IV e V,
107 todos do art.11; 17 – substituíram a expressão “poderá exigir dos empreendedores o
108 monitoramento referente ao uso outorgado para os empreendimentos localizados nestas áreas”
109 por “em articulação com os órgãos ambientais e de saúde poderão exigir dos usuários o
110 monitoramento da água subterrânea outorgada nessas áreas”; 18 – incluíram um novo art.12. O
111 **Sr. Gerônimo Rocha** (CERH-SP/RJ) relatou uma decisão do órgão gestor de recursos hídricos
112 do estado de São Paulo que delimitou uma área de restrição e controle temporário,
113 corroborando a previsão de tais áreas na resolução. A **Sra. Dorothy Casarini** (CERH-SP/RJ),
114 o **Sr. Roberto Alves Monteiro** (SRHU/MMA), o **Sr. Emanuel Teixeira de Queiroz**
115 (DNPM/MME) e o **Sr. Everton Luiz da Costa Souza** (OTEP) discutiram qual o conceito de
116 ecossistemas, se existe a necessidade de especificar quais ecossistemas deveriam ser
117 considerados na resolução e, dentro da idéia de desenvolvimento sustentável, quais
118 ecossistemas poderiam ser sacrificados para utilização de recursos hídricos. Resolveram que os
119 estados indicariam, em seus planos e ações, quais os ecossistemas seriam relevantes, de acordo
120 com as características locais. O **Sr. Gerônimo Rocha** (CERH-SP/RJ) explicou que a palavra
121 vulnerável, presente no inciso III do art.3º, se refere a uma condição natural do aquífero. O **Sr.**
122 **Emanuel Teixeira de Queiroz** (DNPM/MME) citou o caso do pólo petroquímico de
123 Camaçari-BA que põe em risco constante os aquíferos periféricos ao empreendimento. O **Sr.**
124 **Gerônimo Rocha** (CERH-SP/RJ) acrescentou que as Áreas de Restrição e Controle devem ser
125 delimitadas em áreas que já existem conflitos e problemas na gestão das águas subterrâneas. O
126 **Sr. Roberto Alves Monteiro** (SRHU/MMA) alertou que as Áreas de Restrição podem ser
127 preventivas justificadas por planejamentos e previsões de uso e expansão urbana, industrial,
128 agrícola, entre outras. O **Sr. Gerônimo Rocha** (CERH-SP/RJ), a **Sra. Dorothy Casarini**
129 (CERH-SP/RJ), o **Sr. Everton Luiz da Costa Souza** (OTEP) e o **Sr. Carlos Martins** (CERH-
130 RN/AL) discutiram sobre qual o objeto que deve ser preservado: ou o aquífero, ou as águas
131 subterrâneas. Chegaram a conclusão que a unidade de gestão das águas subterrâneas são os
132 aquíferos, área que deve ser protegida e preservada. A **Sra. Dorothy Casarini** (CERH-SP/RJ)
133 e o **Sr. Roberto Alves Monteiro** (SRHU/MMA) discutiram a necessidade de incluir o termo
134 “abastecimento PÚBLICO” no Caput do artigo sexto (6º), pois a preocupação é a manutenção
135 do serviço de qualidade a todos. Concluíram que o termo “público” deve permanecer no texto.
136 A **Sra. Elza de Abreu Costa** (PRESTADORAS) questionou quem é o responsável pelos
137 estudos e quem institui a delimitação do Perímetro de Proteção de Fontes de Abastecimento
138 Público. A **Sra. Dorothy Casarini** (CERH-SP/RJ) explicou que a resolução atinge,
139 principalmente, os usuários e os órgãos gestores. Alertou sobre a importância do
140 monitoramento citado no artigo 11, que é incumbência de todos os usuários das águas
141 subterrâneas, pois, se ocorre uma contaminação, a pluma contaminada se move no aquífero. O
142 **Sr. Everton Luiz da Costa Souza** (OTEP) após término da análise e adaptação da proposta de
143 resolução (anexo 2), encerrou a manhã de trabalho. A tarde, o presidente da CTAS iniciou a
144 discussão sobre a nota técnica para envio aos representantes da CTIL, dizendo que não houve
145 contribuições por e-mail para sua atualização. Após debates, a exposição de motivos foi
146 adaptada de acordo com as mudanças ocorridas na proposta de resolução. Foi incluído o
147 parágrafo 16 que faz referência à Resolução CONAMA no 396, de 07 de abril de 2008, sobre
148 Classificação e Diretrizes para o Enquadramento das Águas Subterrâneas. Especificaram no
149 parágrafo 19, os atores responsáveis pela delimitação de Áreas de Restrição e Controle. O
150 parágrafo 21 justifica o conteúdo restritivo referente à utilização de água subterrâneas para
151 abastecimento público. Adaptou-se o parágrafo 23, demonstrando as normas gerais e deixando
152 espaço à ação dos estados e DF, titulares do bem “águas subterrâneas”, de acordo com as
153 características peculiares de seus aquíferos. Modificaram o parágrafo 24, prevendo a
154 necessidade de recarga artificial e os cuidados na utilização desta técnica. Acrescentaram, no
155 parágrafo 26, artigo referente à Resolução CONAMA nº. 396, de 2008. Reforçaram no
156 parágrafo 27, a importância de divulgação de informações pelo Sistema de Informações sobre

157 Recursos Hídricos. Adicionaram à conclusão, a necessidade de integração e articulação das
158 deliberações CNRH e CONAMA, reforçando a boa gestão dos recursos naturais. Finalizada a
159 Nota Técnica 01/2008/CTAS/CNRH/MMA (anexo 3), o **Sr. Everton Luiz da Costa Souza**
160 (OTEP) passou ao **Item 4 – Definição de calendário e temas para apresentações, visando**
161 **atualizar e reforçar as discussões na CTAS.** Disse que o momento que a CTAS está vivendo é
162 de definição de temas, orientações e prioridades para os trabalhos. Uma ação buscando esse
163 objetivo é o convite à técnicos de instituições envolvidas na utilização de águas subterrâneas.
164 Lembrou que existe a idéia, do Conselheiro Sr. João Clímaco, de se fazer uma resolução
165 específica para aquíferos cársticos. O **Sr. Roberto Alves Monteiro** (SRHU/MMA) fez um
166 relato do conteúdo da Resolução nº. 12, de 19 de julho de 2000 que “Estabelece procedimentos
167 para o enquadramento de corpos de água em classes segundo os usos preponderantes” e quais
168 os procedimentos podem ser adotados para inclusão das águas subterrâneas na revisão dessa
169 deliberação, ou uma proposta de resolução complementar. A **Sra. Dorothy Casarini** (CERH-
170 SP/RJ) sugeriu uma ação de articulação com a CTPOAR visando acompanhar os trabalhos de
171 revisão da referida resolução no intuito de agrupar os critérios de enquadramento das águas
172 superficiais e subterrâneas, o que foi acordado por todos. O **Sr. Gerônimo Rocha** (CERH-
173 SP/RJ) reforçou a idéia de apresentação da ANA, CPRM e SRHU sobre a situação geral de
174 utilização de aquíferos e sua gestão, meta que será incluída na próxima pauta. O **Sr. Everton**
175 **Luiz da Costa Souza** (OTEP) falou sobre a importância dos atores que vivem a gestão de
176 águas subterrâneas apresentarem suas demandas e conflitos para direcionar os trabalhos da
177 câmara. Disse que essas demandas serão incluídas nas próximas pautas. Em seguida, nada mais
178 tendo a ser discutido, o **Sr. Everton Luiz da Costa Souza** (OTEP), seguindo o **Item 5 –**
179 **Encaminhamento dos trabalhos / encerramento**, agradeceu a presença de todos e encerrou a
180 60ª reunião da CTAS/CNRH de onde se extraiu essa ata que será submetida à aprovação na
181 reunião subsequente.

182

183 Ata aprovada na 62ª reunião, realizada nos dias 05 e 06 de agosto de 2008.

184

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA

Presidente da CTAS

DANIEL MARTINELLI DUARTE

Relator

185